



Universidade de Brasília (UnB)

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas
(FACE)

Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)

Bacharelado em Ciências Contábeis

Bruna de Oliveira de Sousa

***ACCOUNTING INFORMATIVENESS: UMA ANÁLISE ACERCA DA
PERSISTÊNCIA DOS RESULTADOS CONTÁBEIS DECORRENTE DOS
EFEITOS E ALTERAÇÕES NOS ATIVOS INTANGÍVEIS.***

Brasília, DF

2018

Professora Doutora Márcia Abrahão

Reitora da Universidade de Brasília

Professora Doutor Sérgio Antônio Andrade de Freitas

Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutora Helena Eri Shimizu

Decana de Pós-Graduação

Professor Doutor Eduardo Tadeu Vieira

**Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de
Políticas Públicas**

Professor Doutor Paulo César de Melo Mendes

Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor Paulo Augusto Pettenuzzo de Britto

Coordenador de Graduação do Curso de Ciências Contábeis e Atuariais – Diurno

Professor Mestre Elivânio Geraldo de Andrade

Coordenador de Graduação do Curso de Ciências Contábeis e Atuariais - Noturno

Bruna de Oliveira de Sousa

***ACCOUNTING INFORMATIVENESS: UMA ANÁLISE ACERCA DA PERSISTÊNCIA
DOS RESULTADOS CONTÁBEIS DECORRENTE DOS EFEITOS E ALTERAÇÕES
NOS ATIVOS INTANGÍVEIS.***

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão Pública da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador:

Prof. Dr. Jomar Miranda Rodrigues

Linha de pesquisa:

Contabilidade e Mercado financeiro

Área: Contabilidade Financeira

Brasília, DF

2018

SOUSA, Bruna de Oliveira de.

Accounting Informativeness: Uma análise acerca da Persistência dos resultados contábeis decorrente dos efeitos e alterações nos Ativos Intangíveis/ Bruna de Oliveira de Sousa - Brasília -DF, 2018, 35 p.

Orientador: Prof Dr. Jomar Miranda Rodrigues

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) — Brasília, Universidade de Brasília, 1º semestre de 2018.

1. Qualidade da Informação Contábil. 2. Persistência. 3. Ativo Intangível. I. Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília. II. *Accounting Informativeness*: Uma análise acerca da Persistência dos resultados contábeis decorrente dos efeitos e alterações nos Ativos Intangíveis.

CDD –

Bruna de Oliveira de Sousa

***ACCOUNTING INFORMATIVENESS: UMA ANÁLISE ACERCA DA PERSISTÊNCIA
DOS RESULTADOS CONTÁBEIS DECORRENTE DOS EFEITOS E ALTERAÇÕES
NOS ATIVOS INTANGÍVEIS.***

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) defendido e aprovado no Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão Pública da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, aprovado pela seguinte comissão examinadora:

Banca Examinadora

Prof. Dr. Jomar Miranda Rodrigues
Professor Orientador
Universidade de Brasília- UnB

Prof. Dr. Eduardo Tadeu Vieira
Professor Examinador
Universidade de Brasília- UnB

Brasília, DF

2018

“Entrega o teu caminho ao Senhor; confia nele, e ele o fará. ”

(Sl 37,5)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, por sempre ter me protegido e guiado e nos momentos difíceis, Ele, em sua infinita bondade e misericórdia, não me esqueceu nenhuma vez e permitiu que eu realizasse meu sonho chegando até aqui.

Agradeço a minha mãe, Bertila, e ao meu irmão, Ricardo, por todo sacrifício que fizeram por mim, pelo apoio, carinho e suporte. Agradecimento especial para minha avó Raimunda que é meu exemplo de dedicação, amor, empatia, honestidade e força. Vó, sem a senhora, eu não seria nada. Agradeço também ao meu tio Antônio por todo carinho e proteção. Com certeza a vida me presenteou com vocês e sempre estarão guardados no meu coração e no pensamento.

Agradeço aos meus tios e primos, que apesar das diversas situações difíceis, me ensinaram a sempre ver um lado bom e no final se divertir com tudo que aconteceu.

Agradeço ao meu sobrinho Eduardo por trazer tanta alegria e luz para minha vida.

Agradeço ao meu namorado, Matheus, pelo companheirismo, carinho, preocupação e paciência. Acima de tudo foi meu amigo, sempre respeitando e apoiando minhas decisões. Você foi fundamental nessa longa caminhada!

Agradeço aos meus amigos, da escola, dos estágios e da UnB, pelas palavras em momentos difíceis, pelos estudos em grupo, pelos abraços de consolo, pelas caronas, pelas risadas, pelas noites do pijama, pelas viagens e pela companhia nos almoços no RU. Em especial: Amanda, Ana Carolina, Ana Paula, Bárbara, Caio, Carolina, Clara, Diego, Fabiana, Francielle, Grabyelle, Jéssica, Letícia Laís, Letícia Maria, Natália e Valmir. Vocês são incríveis e são dignos da frase “Ninguém é feliz sozinho”.

Agradeço aos funcionários e professores do DCCA, que sempre me atenderam muito bem e além de me ensinar Contabilidade, me tornaram uma pessoa melhor. Em especial, aos professores que tive mais afinidade: Bruno Vinicius, Clésia Camilo, Diana Vaz, Eduardo Tadeu, Jorge Katsumi, José Alves Dantas, Mariana Guerra, Paulo Mendes e Sérgio Nazaré. Agradecimento especial e eterno ao meu orientador, Jomar Miranda Rodrigues, pela paciência e pelos ensinamentos. Professor Jomar, sem o senhor acho que eu não conseguiria. Desejo que Deus o abençoe sempre e saiba que terá sempre meu respeito e admiração.

RESUMO

A convergência das normas brasileiras de contabilidade às normas internacionais representou um avanço para a qualidade da informação contábil à medida que possibilita ter maior comparação, além de maior transparência e auxílio no processo decisório. A lei 11.638/2007 foi um marco importante para a análise do ativo intangível, visto que o seu subgrupo foi criado a partir desta lei. Entretanto, dado que seu tratamento não é simples, o reconhecimento pode não ser feito de maneira adequada, afetando diretamente a evidenciação, conseqüentemente, a tomada de decisão pelo usuário da informação. Estudos internacionais sobre a persistência do resultado permitem que tanto o intangível como outras variáveis, como as ações, sejam utilizados como *proxy* de qualidade da informação contábil. Desta maneira, esta pesquisa procurou analisar a persistência dos resultados contábeis, pela perspectiva do fluxo de caixa e do lucro, diante das alterações ocorridas no tratamento do ativo intangível, decorrente da implementação do Pronunciamento Técnico CPC 04. A amostra contou com 340 empresas que têm ações listadas na BM&FBOVESPA, para o período de 2004 a 2017 e utilizou-se da regressão linear múltipla. As variáveis fluxo de caixa e lucro foram utilizadas como variáveis dependentes e o ativo intangível foi utilizado como variável de interesse. O CPC foi utilizado como variável *dummy* e outras variáveis como giro do ativo, tamanho da empresa e endividamento como variáveis de controle. Os resultados encontrados indicaram que a implementação do CPC 04 não pode exercer influência na persistência sobre os resultados contábeis, sejam eles do fluxo de caixa ou do lucro.

Palavras-chave: Qualidade da Informação Contábil. Persistência. Ativo Intangível.

ABSTRACT

The convergence of Brazilian accounting standards to international standards represented a step forward in the quality of accounting information as it allows for greater comparison, as well as greater transparency and assistance in the decision-making process. Law 11.638/2007 was an important milestone for the analysis of intangible asset, since its subgroup was created from this law. However, given that your treatment is not simple, the recognition may not be done adequately, directly affecting the disclosure, consequently, the decision making by the information user. International studies on the persistence of results allow both intangible and other variables, such as stocks, to be used as a proxy for the quality of accounting information. In this way, this research sought to analyze the persistence of accounting results, from the perspective of cash flow and profit, considering the changes in the treatment of intangible assets, resulting from the implementation of CPC 04. The sample included 340 companies that have listed shares in BM & FBOVESPA, for the period from 2004 to 2017 and multiple linear regression was used. The variables cash flow and profit were used as dependent variables and the intangible asset was used as a variable of interest. CPC was used as a dummy variable and other variables such as asset turnover, company size, and indebtedness as control variables. The results indicate that the implementation of CPC 04 cannot influence the persistence of accounting results, be they cash flow or profit.

Keywords: Quality of Accounting Information. Persistence. Intangible Assets.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
2.1 Qualidade da informação contábil	13
2.2 Ativos intangíveis	16
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	21
3.1 Amostra e coleta de dados	21
3.2 Desenvolvimento da hipótese e especificação do modelo.....	21
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	25
4.1 Estatística Descritiva.....	25
4.2 Multicolinearidade	26
4.3. Teste de Raiz Unitária.....	26
4.4 Análise da Persistência dos Fluxos de Caixa e Resultados Contábeis.....	27
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS	31

1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade teve mudanças importantes nos últimos anos, podendo citar a convergência como uma delas. Esta convergência surgiu como ferramenta para ajustar as normas brasileiras de contabilidade às normas internacionais emitidas pelo IASB (*Internacional Accounting Standard Board*). Segundo Nakao (2017) com a adoção das normas internacionais a qualidade da informação contábil no Brasil progride e acaba por auxiliar os usuários da informação na tomada de decisão.

Em geral, outro aspecto que pode ter influenciado no avanço das informações contábeis são os mercados de capitais. Ao longo dos anos, eles passaram a exigir uma maior qualidade da informação, com dados mais transparentes, que permitissem comparação e que fossem capazes de influenciar na tomada de decisão dos usuários (RODRIGUES; ELIAS; CAMPOS, 2015).

Dentre os vários atributos da qualidade da informação, a análise da persistência permite que os investidores possam projetar cenários e, conseqüentemente, utilizá-los em processos decisórios. Sendo assim, torna-se uma qualidade almejada pelos acionistas. De acordo com Mazzioni e Klann (2016) a persistência pode ser vista como uma avaliação de sustentabilidade dos lucros. Paulo, Cavalcante e Melo (2012) sugerem que a persistência, por prever resultados futuros, impacta também na avaliação de ativos.

No Brasil, o estudo realizado por Kolozsvari e Macedo (2015) considera a persistência do lucro como uma característica da informação contábil que pode contribuir na estimativa dos resultados futuros da entidade. Vale ressaltar que, de acordo com autores, quando ocorre persistência nos lucros torna-se uma informação mais útil para avaliar os investimentos.

Em contexto internacional, alguns estudos, como os de Dechow (1994) e Dechow, Ge e Schrand (2010), observaram que os ganhos atuais justificam os ganhos futuros. Conforme propõe Dechow e Schrand (2004) o lucro e o fluxo de caixa são variáveis que permitem medir a persistência dos resultados contábeis, como *proxies* da qualidade da informação.

Ademais, a lei 11.638/2007 auxiliou na convergência, diante do objetivo em preparar informações mais relevantes para seus usuários. No ano seguinte da referida lei, foi aprovado o Pronunciamento Técnico CPC 04 que trata do Ativo Intangível. Este Pronunciamento é convergente à IAS 38 (*Internacional Accounting Standard*), emitido

pelo IASB em 2004, trata da definição e requisitos para enquadramento como ativo intangível, do reconhecimento, mensuração, alienação e diversos aspectos do tratamento do intangível.

De acordo com Silva, Ferreira e Maragno (2017) os ativos intangíveis exibiram nos últimos anos um crescimento dentro do patrimônio das entidades. Os autores destacam que estes ativos se tornaram fundamentais, visto que estão relacionados ao conhecimento da organização e estratégia de mercado.

Neste sentido, tendo em vista a aprovação do CPC 04 pelo CFC em 2008, esta pesquisa apresenta a seguinte questão: qual é o efeito na persistência dos resultados contábeis (lucro e fluxo de caixa) a partir da adoção deste Pronunciamento?

Esta pesquisa tem por objetivo analisar a persistência dos resultados contábeis diante das alterações ocorridas no tratamento do ativo intangível. Além de estabelecer uma relação entre o lucro e as demais variáveis de controle, bem como o fluxo de caixa e as outras variáveis, afim de verificar o poder explicativo que estas possuem sobre o lucro ou fluxo de caixa.

Desta maneira, a pesquisa torna-se relevante por observar se a adoção do CPC 04 impactou nos resultados contábeis, ou seja, se a persistência dos resultados, *proxy* da qualidade da informação, pode ser verificada nas empresas listadas na BM&FBOVESPA com as alterações ocorridas no tratamento do Ativo Intangível.

Este trabalho está estruturado da seguinte forma. Nesta seção é apresentada a introdução ao tema, problema e o objetivo do estudo, bem como uma breve descrição da metodologia adotada e dos resultados da pesquisa. Na seção seguinte, é realizada uma revisão da literatura sobre a qualidade da informação e sobre o Ativo Intangível. Na terceira seção são apresentados os procedimentos adotados utilizados na pesquisa. Na quarta, é realizada a apresentação e análise dos resultados. E, finalmente, na última seção são feitas as considerações finais sobre o estudo efetuado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Qualidade da informação contábil

A qualidade da informação contábil é um quesito importante para os seus usuários, sejam eles internos ou externos. De acordo com Almeida (2010) ainda não há uma forma consolidada que possa medir a qualidade da informação contábil. Ressalta-se também que cada usuário da informação contábil busca por diferentes tipos de informações.

Neste sentido, fala-se em convergência da informação contábil. Para os autores Black e Nakao (2017) a publicação da Lei 11.638/2007 regularizou o processo da convergência. A referida lei também foi importante para os poderes do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e, conseqüentemente, para a convergência. Dado que o CPC, através da elaboração dos Pronunciamentos, visa a convergência contábil no Brasil.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) foi criado em 2005, por meio da Resolução 1.055/05 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e auxiliou na melhora dos padrões contábeis, visto que tem como objetivo

O estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.

Desta maneira, em 2011 foi emitido o Pronunciamento Técnico 00 (R1), que traz a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. O referido Pronunciamento trouxe dois grupos de características qualitativas da informação contábil, que se dividem em características fundamentais e de melhoria.

Segundo o CPC 00 (R1), as características fundamentais dividem-se em: relevância e representação fidedigna. Uma informação relevante é aquela que tem poder de influenciar nas decisões dos usuários. Para ter representação fidedigna, a informação deve ser completa, neutra e livre de erro, ou seja, representar a realidade de forma verdadeira. O CPC 00 (R1) aponta que o intuito é aplicar ao máximo, dentro do possível, tais aspectos.

Com o objetivo de verificar a qualidade de uma informação, pode-se aplicar diversas *proxies* (dimensões), como por exemplo: persistência, conservadorismo, gerenciamento de resultados, qualidade da estimação dos *accruals* e *value relevance*. Outro atributo que também pode ser utilizado para medir a qualidade da informação é a transparência (DECHOW; SCHRAND, 2004; PAULO; CAVALCANTE; PAULO, 2013; PAULO, 2007; RODRIGUES SOBRINHO; RODRIGUES; SARLO NETO, 2014; FERREIRA; CARMO; RIBEIRO, 2017).

Paulo, Cavalcante e Paulo (2013) consideraram a característica de conservadorismo dentre as demais qualidades da informação como uma das mais relevantes. Os autores realizaram a pesquisa com intuito de observar a influência de características da qualidade da auditoria sobre a qualidade da informação contábil, sob a ótica do conservadorismo e acabaram por verificar que o conservadorismo contábil é positivamente afetado pelo tamanho da firma de auditoria e negativamente afetado por outros fatores como: pelo tempo de prestação de serviço dos auditores, pela distância entre a data do parecer e a data de publicação das demonstrações contábeis.

No estudo de Paulo (2007), o autor considera como manipulação dos resultados a interferência na informação contábil. Ele observou em sua pesquisa o gerenciamento dos resultados por meio de *accruals* e de atividades operacionais. Neste sentido, Martinez (2008) afirma que os *accruals* (acumulações) podem ser definidos como a diferença obtida entre o lucro e fluxo de caixa operacional líquido. Na perspectiva de Antunes (2014) os *accruals* estão relacionados a diferença intertemporal que existe entre os valores registrados pelos regimes de caixa e competência.

Dessa forma, outra *proxy* relevante é a persistência. Os estudos sobre a persistência iniciaram-se com Dechow (1994) que analisou como os *accruals* podem melhorar a capacidade dos lucros para refletir o desempenho da empresa. No estudo da autora, foi observado que comumente o lucro é menos volátil e mais persistente no longo prazo.

Cohen (2002) realizou um estudo sobre os fatores que estão associados à variação *cross-section* da qualidade da informação. Para o autor, os lucros relatados de maior qualidade são aqueles que conseguem melhor prever os fluxos de caixa operacionais futuros. Quanto à persistência, ele apresenta uma interpretação de que os lucros de maior qualidade são sustentáveis e persistem no futuro. Além de sugerir uma interpretação mais geral sobre a persistência, onde a qualidade do lucro é associada a previsibilidade, alegando que lucros de maior qualidade são bons indicadores de ganhos futuros.

A persistência é um atributo que está diretamente relacionado à qualidade dos lucros e é utilizado para auxiliar na decisão dos investidores. Quando, por meio de *accruals*, os valores relevantes dos fluxos de caixa são ocultados ocorre uma redução na qualidade dos lucros. (DECHOW; SCHRAND, 2004).

De acordo com Dechow e Schrand (2004), um número confiável é aquele que é verificável e razoavelmente livre de erros ou vies, envolve pouca estimativa e é oportuno. Elas sugerem que fluxos de caixa são considerados de maior qualidade quando são mais persistentes e menos voláteis. As autoras também afirmam que a persistência da qualidade da informação só será relevante, caso os resultados reflitam de fato o desempenho durante o período e se este desempenho persistir nos próximos períodos.

Diversos estudos utilizaram a persistência como atributo para observar a qualidade da informação contábil (DECHOW et al., 2010; WAKIL, 2011; PAULO; CAVALCANTE; MELO, 2012; ARAÚJO, NOBRE; LUCENA, 2016; MAZZIONI, DIEL; OLIVEIRA, 2016).

Como Dechow et al. (2010) verificaram que quando se tem maiores qualidades dos lucros isto acaba por fornecer mais informações sobre o desempenho financeiro da entidade, sendo que se trata de algo relevante para a tomada de decisão. Porém, existem três aspectos que devem ser observados sobre esta definição de qualidade dos lucros: é condicional à relevância da informação contábil; depende se informa o desempenho financeiro da empresa; e, é determinada em conjunto com a relevância do desempenho financeiro subjacente à decisão e pela capacidade do sistema de contabilidade de medir o desempenho.

Ainda na perspectiva de Dechow et al. (2010), se uma determinada empresa A apresenta lucros mais persistentes do que uma empresa B, na perpetuidade, então os lucros daquela empresa representam uma medida sintética mais útil de desempenho futuro. Caso sejam anualizados os seus lucros correntes, acarretará em menores erros de avaliação, se comparado aos resultados da empresa B.

No estudo de Wakil (2011) destaca-se que na literatura contábil, muitas vezes, a persistência é utilizada para descrever como uma variável pode prever outra em um período de tempo futuro. Ainda de acordo com o autor, maior previsibilidade está associada a maior persistência.

Neste contexto, Paulo, Cavalcante e Melo (2012) afirmam que a persistência, por poder estimar resultados futuros, gera um considerável interesse e acaba sendo um atributo desejável para avaliar o desempenho da entidade. O estudo de Paulo et. al. (2012)

observou a persistência dos resultados levando em consideração a emissão pública de ações e debêntures no mercado brasileiro.

Araújo, Nobre e Lucena (2016) puderam observar que os efeitos das Normas Internacionais de Contabilidade no Brasil em relação aos *accruals* e a predição de fluxos de caixa futuro causaram subjetividade para as informações contábeis. Quanto aos *accruals*, como forma de predição, mostraram que os BRGAAP apresentaram mais persistência nos resultados.

Os autores Mazzioni, Diel e Oliveira (2016) utilizaram três aspectos da qualidade dos lucros: persistência, previsibilidade e suavização dos lucros, para constituir um ranking agregado da qualidade contábil para cada entidade, relacionando-o com variáveis de normas contábeis, de incentivos empresariais e de controle. Eles observaram que os resultados da pesquisa evidenciaram que os resultados contábeis das entidades quanto à persistência e da suavização dos lucros apresentaram comportamento mais semelhantes entre si. Entretanto, na pesquisa de Mazzioni, Diel e Oliveira (2016), a previsibilidade demonstrou ser o atributo com maiores inconsistências para a amostra.

2.2 Ativos intangíveis

De acordo com o CPC 00 (R1) ativo é definido como “um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade”.

No caso dos ativos intangíveis, Hendriksen e Van Breda (2010) sugerem que eles compõem uma das áreas mais complexas da contabilidade. Desse modo, acaba por merecer uma atenção maior, visto que sua definição é difícil e também pelas incertezas em sua mensuração e na estimativa da vida útil.

Perez e Famá (2006) ressaltam que a definição de ativo intangível como aquele que não possui existência física é incompleta, dado que pode acontecer de uma empresa possuir outros ativos que também não podem ser tocados, como os créditos fiscais ou despesas pagas antecipadamente, que não são considerados ativos intangíveis.

Diante do exposto, a definição utilizada no Brasil segue o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1), “ativo intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física”. Ou seja, deve satisfazer a definição de ativo, não é representado por dinheiro e é incorpóreo. Segundo o estudo realizado por Ritta e Ensslin (2010, p.5), os

ativos intangíveis “representam condições estratégicas de diferenciação no mercado, agregação de valor a produtos ou serviços e proporcionam vantagens competitivas”.

Para Colauto et al. (2009) torna-se um desafio para a contabilidade a evidenciação e avaliação das capacidades geradas na entidade pelo intangível. Na perspectiva de Marques, Santos e Gouveia (2011), há um consenso no universo da contabilidade quanto a necessidade de fornecer uma informação de melhor qualidade para o ativo intangível, informação esta que seja mais detalhada, que transmita a realidade e que se tenha conhecimento do que está sendo divulgados nos meios de comunicação.

Dois acontecimentos permitiram que o ativo intangível ganhasse mais destaque nas demonstrações: a Lei 11.638/07 e a aprovação do CPC 04. Com a lei, o intangível passou a ser tratado como subgrupo do ativo não circulante. Por outro lado, o CPC 04 (R1) apresenta de maneira detalhada itens que são classificados como ativos intangíveis, pode-se citar marcas, patentes, direitos autorais, *softwares*, listas de clientes e etc. além de orientar, de acordo com outros Pronunciamentos, casos específicos como do *goodwill*.

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são exemplo de ativos intangíveis produzidos pela própria entidade. O CPC 04 (R1) diz que é necessário a divulgação por parte da entidade, do total de gastos, referente a pesquisa e desenvolvimento, que foi reconhecido como despesa no período.

Desta maneira, quanto ao reconhecimento, o Pronunciamento Técnico 04, preconiza que um ativo intangível deve ser identificável, mensurável e controlado pela entidade. Ademais, somente deverá ser reconhecido quando o benefício econômico futuro for provável e puder mensurar seus custos com confiabilidade. O *goodwill* é um exemplo de ativo que não é identificável.

O *goodwill* (ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura) reconhecido por conta de uma combinação de negócios é um ativo que representa benefícios econômicos futuros gerados por outros ativos adquiridos em uma combinação de negócios, que não são identificados individualmente e devem ser reconhecidos separadamente. Assim, o CPC 15 (R1) – Combinações de Negócios, diz que

O adquirente deve reconhecer na data da aquisição, separadamente do ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) apurado em uma combinação de negócios, um ativo intangível da adquirida, independentemente de o ativo ter sido reconhecido pela adquirida antes da aquisição da empresa.

Hendriksen e Van Breda (2010), indicam que o reconhecimento dos ativos intangíveis deve ser feito quando obedecer aos requisitos da definição de ativo, for mensurável, relevante e preciso.

Pelo fato dos os ativos intangíveis terem de preencher ao conjunto de requisitos para serem reconhecidos contabilmente e, principalmente, quando se trata de pesquisa e desenvolvimento, que são ativos criados ou desenvolvidos internamente e possuem um grau de subjetividade, não se torna uma tarefa simples e prática reconhecê-los e mensurá-los. Com a revisão do CPC 04, pesquisa e desenvolvimento passaram a ser tratados de forma diferente, os gastos de pesquisa, por exemplo, devem ser reconhecidos como despesa quando incorridos.

Conforme o CPC 04 (R1), quando se verifica se os ativos intangíveis gerados internamente, P&D, atendem aos critérios de reconhecimento, eles devem estar separados pela entidade em fase de pesquisa e fase de desenvolvimento. Caso não seja possível a entidade identificar a qual fase pertence o projeto, o gasto deve ser tratado como incorrido apenas na fase de pesquisa e reconhecidos no resultado. Essa prática demonstra a prudência da entidade, haja vista que ela ainda não pode garantir que haverá geração de benefícios econômicos futuros e assim trata como despesa incorrida.

No caso dos gastos com pesquisa e desenvolvimento, Queiroz (2010), relata que uma dificuldade enfrentada é quanto à incerteza se trará benefício econômico futuro. Isto ocorre em razão da existência de diversos fatores externos que podem afetar diretamente os gastos com P&D, como por exemplo: concorrência, a situação atual do mercado, lançamentos de produtos novos e etc.

Figari, Tortoli, Silva e Ambrozini (2016) relacionam os gastos com pesquisa e desenvolvimento com inovação. Isto é justificado pelo fato das empresas estarem em um ambiente que passa por constantes mudanças, assim as organizações que não conseguem inovar, não são flexíveis e não estão preparadas para riscos e falhas perdem espaço e competitividade no mercado.

De acordo com o item 54 do referido CPC 04 (R1), nenhum ativo intangível resultante de pesquisa ou da fase de pesquisa de projeto interno deve ser reconhecido como ativo. Como já foi citado, os gastos com pesquisa devem ser reconhecidos como despesa quando ocorrerem. Algumas atividades que são consideradas como pesquisa:

- (a) atividades destinadas à obtenção de novo conhecimento;
- (b) busca, avaliação e seleção final das aplicações dos resultados de pesquisa ou outros conhecimentos;
- (c) busca de alternativas para materiais, dispositivos, produtos, processos, sistemas ou serviços; e

(d) formulação, projeto, avaliação e seleção final de alternativas possíveis para materiais, dispositivos, produtos, processos, sistemas ou serviços novos ou aperfeiçoados.

O CPC 04 (R1) ainda preconiza que pode ocorrer na fase de desenvolvimento de um projeto interno a identificação de um ativo intangível, devido ser uma fase mais avançada do que a pesquisa. Neste caso, além de identificar, ela demonstra que terá provável benefício econômico futuro.

Pode-se citar como exemplos de atividades de desenvolvimento apresentadas no CPC 04: um projeto, construção e teste de protótipos e modelos de pré-produção ou pré-utilização, ou, projeto de ferramentas, gabaritos, moldes e matrizes que envolvam nova tecnologia, entre outros.

Afim de descrever quais as informações que a entidade deve evidenciar do ativo intangível e, ressaltando a importância de separação entre ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis, o Pronunciamento os apresenta em seu item 118, as seguintes recomendações:

- (a) com vida útil indefinida ou definida e, se definida, os prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizados;
- (b) os métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida;
- (c) o valor contábil bruto e eventual amortização acumulada (mais as perdas acumuladas no valor recuperável) no início e no final do período;
- (d) a rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível for incluída;
- (e) a conciliação do valor contábil no início e no final do período.

Mesmo com as orientações do CPC 04 e as demonstrações financeiras adotadas no Brasil, por vezes, os ativos intangíveis não são reconhecidos como ativo corretamente (ANTUNES; SILVA; SAIKI, 2009). Assim, eles podem ser evidenciados de maneira equivocada e acabam por afetar a qualidade da informação da entidade. Com isso, os usuários podem modificar suas opiniões e, conseqüentemente, sua tomada de decisão, principalmente os investidores, que estão interessados em proteger seu investimento e esperam que a empresa investida, administre da melhor maneira possível os recursos que detém. Por isso, é de extrema importância que além de serem lançados adequadamente, exista divulgação em Notas Explicativas para amenizar o impacto na qualidade da informação.

Neste sentido, a pesquisa realizada por Santos (2015) teve como objetivo descrever a representatividade do investimento do ativo intangível no patrimônio da entidade, qualificar estas ativos em relação à sua divulgação e tipologia, observar a

percepção dos investidores em relação ao grau de intangibilidade e relacionar este grau e desempenho nas empresas.

O autor notou que os intangíveis das empresas analisadas representam uma parte expressiva no patrimônio, marcas e logos, carteiras de clientes, contratos de concessões, ágios/*goodwill*, etc. demonstraram relevância, visto que tem maior evidenciação e são frutos de altos investimentos. Quanto ao valor de mercado na percepção dos investidores, foi cerca de quatro vezes do valor contábil. Por fim, verificou-se que os intangíveis podem gerar diferenças entre as empresas quanto ao retorno, talvez isto seja devido as vantagens competitivas geradas em entidades considerada como “intangível-intensiva”.

Ferreira et al. (2017) e Pacheco, Rover e Vicente (2017) também analisaram o intangível, entretanto sob a perspectiva da *value relevance*. Ferreira et al. (2017) utilizaram as empresas do setor de energia elétrica da Bolsa Brasileira e notaram que em relação aos contratos de concessões, apesar dos resultados terem sido significativos para explicar a variação do preço das ações analisadas, o poder incremental dos Contratos não aumentou e fatores como foco em dividendos por parte dos investidores e a existência no setor de dois modelos contábeis – societário (IFRS) e regulatório (ANEEL) –, podem justificar tal situação.

Adicionalmente, Pacheco, Rover e Vicente (2017), buscaram analisar a evidenciação dos ativos intangíveis e se era possível influenciar no *value relevance* das empresas de capital aberto brasileiras. Os resultados mostraram que o nível de evidenciação da amostra foi de 62%, mas sem poder de influência no *value relevance*.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Amostra e coleta de dados

A amostra selecionada para este estudo é não probabilística, visto que os dados foram coletados de forma determinada, assim esta pesquisa abrange as empresas de capital aberto listadas na BM&FBOVESPA. Observado que as instituições financeiras e as seguradoras têm legislações específicas, elas foram excluídas, tendo em vista que não haveria a possibilidade de comparações com as outras empresas. A amostra inicial possuía 375 empresas, sendo que 35 foram retiradas por se tratarem do grupo finanças e seguros.

Diante do objetivo exposto, em analisar a persistência dos resultados contábeis diante das alterações ocorridas no tratamento do ativo intangível, foram coletados dados para o período de 2004 a 2017, sendo de 2004 a 2008 antes da aplicação do CPC 04, entretanto ele entrou em vigor em 2008, sendo utilizado obrigatoriamente nas demonstrações a partir de 2009. Importante considerar que no ano de 2011, o referido Pronunciamento passou por revisão e, conseqüentemente, alterações.

As informações foram coletadas da base de dados da Economática[®], em que foi obtido uma amostra final com um total de 340 empresas para o período de 2004 a 2017, sendo que foi considerado somente até o terceiro trimestre do último ano.

3.2 Desenvolvimento da hipótese e especificação do modelo

O método estatístico utilizado foi a regressão linear múltipla, que visa estabelecer uma equação onde a variável dependente é explicada a partir de diversas variáveis independentes (STEVENSON, 2001).

Na perspectiva de Dechow e Schrand (2004), a persistência trata-se de uma característica significativa quando é analisado a qualidade dos resultados contábeis. Entretanto, essa significância ocorre apenas se os resultados mostrarem o desempenho das empresas de forma real durante o período analisado e se esse desempenho se repetir no futuro.

No estudo de Paulo et al. (2012) verificou-se que os resultados contábeis das companhias brasileiras, quando observado a emissão de ações e debêntures, são mais persistentes que na perspectiva dos fluxos de caixa. Assim, para verificar a persistência

dos resultados contábeis e do fluxo de caixa foi utilizado o modelo proposto por Dechow e Schrand (2004), de acordo com a equação a seguir:

$$X_{t+1} = \alpha_1 + \alpha_2 X_t + \mathcal{E}_t \quad (1)$$

Onde:

X_{t+1} corresponde ao lucro líquido futuro ou fluxo de caixa operacional;

α_i representa os parâmetros que serão estimados;

X_t é o lucro líquido, ou fluxo de caixa, corrente;

\mathcal{E}_t é o erro.

No modelo proposto, quanto mais α_2 estiver perto de 1 (um) mais persistentes serão os resultados, visto que resultados menores podem representar uma volatilidade maior, acabando por não conseguir explicar os resultados futuros.

As variáveis de controle que serão abordadas na equação foram objetos de estudos anteriores (ALMEIDA, 2010; BARTH, LANDSMAN, & LANG, 2008; FIGARI ET AL, 2016; MAZZIONI & KLANN, 2016). No modelo abaixo, utilizou-se das variáveis tamanho, endividamento e giro do ativo com intuito de controlar e reduzir os erros da regressão:

$$X_{i,t} = \alpha_0 + \alpha_1 X_{i,t-1} + \alpha_2 G_{i,t} + \alpha_3 T_{i,t} + \alpha_4 Div_{i,t} + \alpha_5 AI_{i,t} + \alpha_6 CPC + \alpha_7 CPC * X_{i,t-1} + \alpha_8 AI * CPC + \mathcal{E}_{i,t} \quad (2)$$

$X_{i,t}$ = Fluxo de caixa operacional ou Lucro Líquido da empresa i no tempo t , dividido pelo ativo total da empresa no período t ;

α_0 = é o intercepto;

$X_{i,t-1}$ = Fluxo de caixa operacional ou Lucro Líquido da empresa i no tempo $t-1$, dividido pelo ativo total da empresa no período $t-1$;

$G_{i,t}$ = refere-se ao giro do ativo da empresa i no tempo t , é obtido pela divisão da receita líquida de vendas pelo ativo total;

$T_{i,t}$ = Tamanho da empresa i no tempo t , dado através do logaritmo natural do ativo total: $T_{i,t} = \ln(\text{Ativo Total } i,t)$

$Div_{i,t}$ = analisa como o endividamento das empresas afeta a persistência de seus lucros, é obtido pela dívida total da empresa i no tempo t dividida pelo ativo total;

$AI_{i,t}$ = é o valor do ativo intangível da empresa i no tempo t , dividido pelo ativo total da empresa no período t ;

CPC = variável *dummy* que assume valor 1 para o período após a adoção do Pronunciamento Contábil que é do quarto trimestre de 2008 ao terceiro trimestre de 2017 e 0 para o período anterior à aplicação que é do terceiro trimestre de 2004 ao terceiro trimestre de 2008;

$CPC * X_{i,t-1}$ = variáveis que estão interagindo, afim de verificar o efeito do CPC 04 no Fluxo de Caixa e no Lucro;

$CPC * AI$ = variáveis que estão interagindo, afim de verificar o efeito do CPC 04 no Ativo Intangível;

$\varepsilon_{i,t}$ é o erro.

O modelo teve por objetivo verificar se a implementação do CPC 04 foi capaz de influenciar nos resultados futuros das empresas em análise. Ou seja, se ocorre ou não a persistência nos resultados contábeis. Desta maneira, foi formulada a hipótese de pesquisa a ser testada empiricamente:

H_1 : Os resultados contábeis são mais persistentes com a aplicação do CPC 04.

Assim, os dados das empresas que compõem a amostra passaram por regressão linear múltipla, pelo modelo de regressão com dados em painel, onde uma mesma unidade em corte transversal é acompanhada ao longo do tempo (GUJARATI; PORTER, 2011).

Os dados em painel possuem algumas vantagens comparados aos outros tipos de dados, séries temporais e os cortes transversais. Baltagi (2005) apresenta uma lista com essas vantagens, entre elas pode-se citar: facilidade de percepção de mudanças que ocorrem em estudos observados diversas vezes, a análise da heterogeneidade de forma individual dentro de cada unidade observada, melhor medição de efeito e estudo de modelos de comportamentos mais complexos.

Para todas as variáveis da equação foi calculado R^2 – Coeficiente de Determinação, que de acordo com Gujarati e Porter (2011) pode se considerar como uma medida resumida que informa quanto uma linha de regressão ajusta-se aos dados. Os valores de R^2 variam de 0 a 1, sendo 0 para quando não ocorre relação entre as variáveis e quanto maior for este resultado, maior será o poder de explicação do modelo em relação à persistência dos resultados contábeis, isto equivale dizer que houve um ajustamento perfeito, ou seja, as variáveis dependentes são explicadas pelas variáveis independentes propostas no modelo.

No caso dos resíduos de uma regressão, é esperado que sejam homocedásticos, ou seja, tenham a mesma variância, porém pode acontecer de serem heteroscedástico, visando resolver este problema, o presente estudo dividiu todas as variáveis pelo ativo total de cada empresa no tempo t .

Quanto a multicolinearidade, ela ocorre quando as variáveis independentes do modelo têm relações perfeitas ou elevadas. Seguindo as instruções de Gujarati e Porter (2011, p. 357), “o sinal mais claro de multicolinearidade é quando R^2 é muito alto, mas nenhum dos coeficientes de regressão é estatisticamente significativo com base no teste t convencional”. Os autores sugerem como uma forma de detectar a multicolinearidade, o Teste de Inflação de Variância (FIV), ele deve ser aplicado a cada variável do modelo e caso o resultado de alguma dessas variáveis seja superior a 10, será possível afirmar que tal variável está com um alto grau de colinearidade.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Estatística Descritiva

Conforme a proposta da metodologia, foi feito o cálculo da estatística descritiva dos dados analisados para verificar a tendência e dispersão dos dados. Para realizar o cálculo da estatística descritiva houve a retirada dos *outliers*, que podem ser definidos como valores atípicos dentre os resultados das variáveis (CORRAR; PAULO; DIAS FILHO, 2007). Nesta pesquisa, eles foram calculados por meio da média somada pelo quádruplo do desvio padrão, para os valores máximos. No caso dos valores mínimos, foi obtido pela diferença entre a média e o quádruplo do desvio padrão.

A tabela 1 apresenta as medidas de tendência central e o desvio padrão, que é utilizado para obter a dispersão.

Tabela 1 - Estatísticas Descritivas – Fluxo de Caixa (n: 9708) e Lucro (n: 11916)

Variável	Média	Mediana	Valor Máximo	Valor Mínimo	Desvio padrão
$FCO_{i,t}$	0.0519	0.0408	0.3299	-0.2243	0.0660
$FCO_{i,t-1}$	0.0530	0.0416	0.3299	-0.2144	0.0651
$G_{i,t}$	0.3653	0.2725	1.7587	-0.1979	0.3357
$T_{i,t}$	14.4797	14.6096	20.6523	4.3521	2.0178
$Div_{i,t}$	0.2727	0.2776	1.0310	0.0000	0.1890
$AI_{i,t}$	0.1052	0.0194	0.6526	0.0000	0.1585
CPC	0.9052	1.0000	1.0000	0.0000	0.2929
$FCO_{i,t-1} * CPC$	0.0459	0.0330	0.3080	-0.2144	0.0637
$AI_{i,t} * CPC$	0.1032	0.0160	0.6526	0.0000	0.1586
$LO_{i,t}$	0.0285	0.0225	0.3088	-0.2498	0.0664
$LO_{i,t-1}$	0.0301	0.0230	0.2946	-0.2498	0.0629
$G_{i,t}$	0.3694	0.2760	1.768	-0.2151	0.3412
$T_{i,t}$	14.2470	14.4125	20.6524	5.0876	2.1403
$Div_{i,t}$	0.2660	0.2684	1.0310	0.0000	0.1906
$AI_{i,t}$	0.0897	0.0099	0.6526	0.0000	0.1496
CPC	0.7741	1.0000	1.0000	0.0000	0.4182
$LO_{i,t-1} * CPC$	0.0202	0.0068	0.2457	-0.2066	0.0550
$AI_{i,t} * CPC$	0.0869	0.0066	0.6526	0.0000	0.1496

Fonte: Elaborado a partir dos dados coletados.

Ressalta-se ainda, que de acordo com a teorema do limite central, grandes amostras tendem a normalidade, os resultados obtidos estão de acordo com os valores esperados (STEVENSON, 2001). As variáveis que resultaram em desvio padrão maiores

que a média foram: $FCO_{i,t}$, $FCO_{i,t-1}$, $LO_{i,t}$, $LO_{i,t-1}$, $FCO_{i,t-1} * CPC$ e $LO_{i,t-1} * CPC$, bem como as variáveis $AI_{i,t}$ e $AI_{i,t} * CPC$ em ambas as perspectivas.

4.2 Multicolinearidade

O FIV foi utilizado para verificar se existem variáveis que possuem relações lineares fortes. Ele é obtido por meio de regressões auxiliares entre as variáveis independentes. Para isso, isola-se uma variável dependente e as demais ficam como independentes. Dessa maneira, encontra-se o R^2 e utiliza-o para obter o resultado da equação: $FIV = 1 / (1 - R^2)$, para cada variável. Caso algum dos FIV resultasse em um valor superior a 10, haveria sérios problemas de multicolinearidade. Nesta situação, deve ser excluída (s) a (s) variáveis que apresentem multicolinearidade.

Tabela 2 – Teste de Multicolinearidade (FIV)

Variável	FIV - FCO	Variável	FIV - Lucro
$FCO_{i,t-1}$	1.1139	$LO_{i,t-1}$	1.1317
$G_{i,t}$	1.0435	$G_{i,t}$	1.0438
$T_{i,t}$	1.2805	$T_{i,t}$	1.3205
$Div_{i,t}$	1.1575	$Div_{i,t}$	1.2111
$AI_{i,t}$	1.1325	$AI_{i,t}$	1.1580
CPC	1.0794	CPC	1.1174

Fonte: Elaborado a partir dos dados coletados.

A tabela 2 demonstram que as variáveis analisadas obtiveram FIV abaixo de 10, ou seja, não houve multicolinearidade, indicando colinearidade aceitável. De acordo com Corrar, Paulo e Dias Filho (2007), eliminar uma ou mais variáveis independentes é viável para corrigir a multicolinearidade. Ademais, neste trabalho as variáveis $X_{i,t-1} * CPC$ e $AI_{i,t} * CPC$ tiveram de ser retiradas para obtenção do FIV, por serem variáveis *dummies*.

4.3. Teste de Raiz Unitária

Com o intuito de detectar problemas de não estacionariedade das séries, foi feito o Teste de Raiz Unitária, com o uso da abordagem I.P.S. (*Individual Root - Im, Pesaran, Shin*). Baltagi (2005), observando o que foi proposto por Im, Pesaran e Shin (2003), relata que é possível identificar os coeficientes de heterogeneidade entre os indivíduos por meio

de um procedimento alternativo com base no teste de raiz unitária para a média do indivíduo. A tabela a seguir apresenta os resultados encontrados:

Tabela 3 - Teste de raiz unitária

Variável	Estatística IPS	<i>p-value</i>
<i>FCO_{i,t}</i>	-21.0704	0.0000
<i>FCO_{i,t-1}</i>	-21.9878	0.0000
<i>LO_{i,t}</i>	-18.8211	0.0000
<i>LO_{i,t-1}</i>	-17.2895	0.0000
<i>G_{i,t}</i>	-14.5479	0.0000
<i>T_{i,t}</i>	-3.52895	0.0002
<i>Div_{i,t}</i>	-8.69821	0.0000
<i>AI_{i,t}</i>	-5.24519	0.0000
<i>CPC</i>	0.61226	0.7298
<i>AI_{i,t}*CPC</i>	-4.35511	0.0000
<i>FCO_{i,t-1}*CPC</i>	-21.6658	0.0000
<i>LO_{i,t-1}*CPC</i>	-16.6794	0.0000

Fonte: Elaborado a partir dos dados coletados.

Conforme os resultados apresentados na tabela, pode-se concluir que não há problemas de não estacionariedade das séries. Esta conclusão se deu devido ao fato de que os valores do *p-value* foram inferiores a 0.10 em todas as variáveis do modelo, com exceção da variável *dummy CPC*, que por ser uma variável *dummy* não se apresenta da mesma maneira que as demais.

4.4 Análise da Persistência dos Fluxos de Caixa e Resultados Contábeis

A tabela 4 apresenta os resultados encontrados a partir da realização da regressão linear múltipla, de acordo com a metodologia. O modelo foi ajustado por efeitos fixos e aleatórios. Para rejeitar ou não o segundo ajuste, foi realizado o Teste de *Hausman*. Espera-se que a variável $X_{i,t-1}$ obtenha um *p-value* menor do que 0.10, para que seja significativa aos resultados obtidos e, conseqüentemente, se $X_{i,t-1}$ for persistente, então a variável $AI_{i,t}$ será analisada.

Tabela 4 - Persistência dos Fluxos de Caixa e Lucros

Variável		Fluxo de Caixa	Lucro
<i>C</i>	<i>coef</i>	-0.07585	0.001262
	<i>p-value</i>	0.0173**	0.9485
$X_{i,t-1}$	<i>coef</i>	0.2240	0.4226
	<i>p-value</i>	0.0001***	0.0000***
<i>CPC</i>	<i>coef</i>	-0.00558	-0.004247
	<i>p-value</i>	0.2554	0.1299
$X_{i,t-1} * CPC$	<i>coef</i>	0.033675	0.059398
	<i>p-value</i>	0.6136	0.3252
$AI_{i,t} * CPC$	<i>coef</i>	-0.04997	-0.031431
	<i>p-value</i>	0.2020	0.2285
$T_{i,t}$	<i>coef</i>	0.005753	0.000323
	<i>p-value</i>	0.0117**	0.8176
$Div_{i,t}$	<i>coef</i>	-0.02659	-0.054701
	<i>p-value</i>	0.0000***	0.0000***
$G_{i,t}$	<i>coef</i>	0.120394	0.078972
	<i>p-value</i>	0.0000***	0.0000***
$AI_{i,t}$	<i>coef</i>	0.042536	0.0017
	<i>p-value</i>	0.2745	0.9467
R^2		0.6607	0.6442
<i>N</i>		9708	11916
<i>DW</i>		1.688106	1.813847
Teste de <i>Hausman</i> para Efeitos Aleatórios	<i>Chi-Sq.</i>	5044.590026	2889.564349
	<i>Prob.</i>	0.0000	0.0000

Fonte: Elaborado a partir dos dados coletados.

Nível de significância: *** 1%; ** 5%; * 10%.

Pode-se observar que os fluxos de caixa são persistentes, pois obtiveram um coeficiente de 0.2240 e seu *p-value* é 0.0001. Conforme o esperado, as variáveis independentes endividamento e giro do ativo apresentaram coeficientes positivos e parecem influenciar em resultados persistentes, visto que ambos os *p-value* foram de 0.0000. Quanto a variável $AI_{i,t}$, o seu *p-value* foi de 0.2745, ou observa-se que ela não tem poder de influência significativa na persistência dos fluxos de caixa. Neste sentido, quando analisada a variável de interesse $AI_{i,t} * CPC$, nota-se que o resultado do seu coeficiente foi negativo e parece que também não há persistência, pois o *p-value* foi superior ao nível de significância de 10%.

As variáveis *CPC* e $X_{i,t-1} * CPC$, ainda na perspectiva do fluxo de caixa, demonstraram que a adoção do Pronunciamento não afetou na persistência das empresas analisadas, pois apresentaram *p-value* superior a 0.10. Em relação ao Teste de *Hausman*, a hipótese de utilizar o ajuste por efeitos aleatórios foi rejeitada, considerando-se que seu *p-value* foi menor que 0.10. Assim, utilizou-se o ajuste por efeitos fixos.

O poder explicativo de R^2 no modelo diz que 66.07% das variações dos resultados contábeis são explicadas pelas variáveis de controle utilizadas. Outro resultado importante é o da estatística de *Durbin-Watson (DW)*, tendo em vista que este é utilizado para verificar a autocorrelação nos resíduos. No caso do fluxo de caixa, o valor foi de

1.6881, sendo possível afirmar que este resultado é inconclusivo para a amostra, visto que de acordo com Brooks (2014, p. 163) o menor valor crítico deveria ser de 1.44.

Em relação ao Lucro, a variável $X_{i,t-1}$ apresentou coeficiente de 0.4226 e com um p -value de 0.000, é possível notar a persistência no lucro. Também foi possível observar a persistência nas variáveis endividamento da empresa e giro da ativo. A variável $AI_{i,t}$ apresentou coeficiente de 0.0017 e p -value foi de 0.9467, demonstrando que não tem poder de influência na persistência. Neste contexto, quando analisada a variável de interesse $AI_{i,t} * CPC$, é perceptível que ela não é capaz de influenciar na persistência dos resultados contábeis.

A variável de controle tamanho da empresa apresentou coeficiente positivo, tanto para o fluxo de caixa como para o lucro, mas não foi estatisticamente significativa ao nível de significância de 10% para o lucro, visto que apresentou p -value de 0.8176. Na perspectiva do fluxo de caixa, com p -value de 0.0117, nota-se que há persistência. As variáveis CPC e $X_{i,t-1} * CPC$, confirmaram que adoção do CPC 04 não afetou na persistência

O efeito aleatório no caso do Lucro foi rejeitado pelo Teste de *Hausman*. O poder de explicação do modelo foi de 64.42%. Ademais, o resultado obtido na estatística de *DW* para o lucro foi de 1.8138, ou seja, também é inconclusivo, por não poder afirmar se há autocorrelação nos resíduos. Todavia, para que os parâmetros não perdessem robustez, dado a incerteza quanto à autocorrelação, foi utilizado o estimador SUR (*seemingly unrelated regression*), conhecido como método de Zellner (ZELLNER, 1962).

Desta maneira, os resultados corroboram com os estudos de Dechow (1994), visto que no longo prazo o lucro apresenta um p -value de 0.0000 e o fluxo de caixa 0.0001, ou seja, os resultados contábeis tornam-se mais persistentes que os fluxos de caixa. Contudo, a hipótese apresentada na metodologia foi rejeitada, dado que os resultados contábeis das empresas analisadas, de forma geral, não foram mais persistentes por conta da adoção e alterações ocorridas no CPC 04 que é responsável pelo tratamento do ativo intangível.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por objetivo verificar a influência da adoção do Pronunciamento Técnico 04 e de suas alterações na persistência dos fluxos de caixa e dos resultados contábeis das empresas que tem ações negociáveis na BM&FBOVESPA. Para atingir o respectivo objetivo, foi elaborado um modelo econométrico com dados em painéis, utilizou-se de variáveis de controle: giro do ativo, tamanho da empresa e endividamento. Além de variáveis *dummies*: CPC , $AI_{i,t} * CPC$ e $X_{i,t-1} * CPC$.

Quando analisa-se a variável $X_{i,t-1}$ a persistência é verificada, assim como ocorre com as variáveis endividamento e giro do ativo. Entretanto, notou-se que as variáveis *dummies*, CPC , $AI_{i,t} * CPC$, $X_{i,t-1} * CPC$, bem como a variável de interesse $AI_{i,t}$ apresentam o mesmo comportamento na amostra, dado que não mostraram poder de influência na persistência dos fluxos de caixa e dos lucros. A variável $T_{i,t}$ foi a única que se apresentou de maneira diferente nas duas perspectivas, visto que para o fluxo de caixa a mesma mostrou-se estatisticamente significativa ao nível de 5%, pois seu *p-value* foi menor que 0.05. Todavia, no lucro, esta variável não parece exercer influência na persistência.

Os achados desta pesquisa confirmam os estudos de Dechow (1994), visto que o lucro apresenta um *p-value* de 0.0000 e o fluxo de caixa 0.0001. Porém, pode-se concluir que a obrigatoriedade do CPC 04 não afetou na persistência dos resultados contábeis, ou seja, os resultados obtidos para a variável $X_{i,t-1} * CPC$ sugerem a rejeição de H_1 . Embora tenha ocorrido a rejeição da hipótese de pesquisa, os valores obtidos no modelo para o R^2 , merecem destaque por explicar em 66.07% e 64.42% as variáveis dependentes, fluxo e resultados contábeis, respectivamente.

Esta pesquisa tem como contribuições para a literatura a análise de um atributo importante para a qualidade da informação contábil, persistência, sob a ótica do ativo intangível que é capaz de gerar destaque e vantagens competitivas para as empresas que os detém.

Dentre as limitações de pesquisa, pode-se citar um relevante número de informações contábeis não disponíveis na base de dados consultada, afetando diretamente o número de *cross-section* realizados. Além do estudo ter obtido valor inconclusivo para o teste estatístico *DW*, não sendo possível afirmar o grau de autocorrelação das variáveis.

Como sugestão de pesquisas futuras, tem-se análise dos dados por setores econômicos, períodos diferentes e utilização de outras *proxies* que permitam também observar a qualidade da informação contábil.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. E. F. A. **Qualidade da informação contábil em ambientes competitivos**. 2010. 188 p. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tdc-29112010-182706/pt-br.php>>. Acesso em 11 set.2016.
- ANTUNES, M. T. P.; SILVA, L. C. P.; SAIKI, T. G. Evidenciação dos ativos intangíveis (capital intelectual) por empresas brasileiras à luz da Lei n. 11.638/07. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 16., 2009, Fortaleza. **Anais eletrônicos...** Fortaleza: ABC, 2009. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/1033/1033>>. Acesso em 12 fev. 2018.
- ANTUNES, G. A. **Qualidade contábil: análise de fatores endógenos e exógenos**. 2014. 125 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) — Programa de Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.cca.unb.br/images/stories/dout_tese_023.pdf>. Acesso em 23 jun. 2018
- ARAUJO, R. J. R.; NOBRE, C. J. F.; LUCENA, W. G. L. O efeito das IFRS na qualidade da informação contábil. In: CONGRESSO UNB DE CONTABILIDADE E GOVERNANÇA, 2., 2016, Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília: CCG UnB, 2016 . Disponível em: <<http://soac.unb.br/index.php/ccgunb/ccgunb2/paper/view/5329>>. Acesso em 01 mai. 2018.
- BALTAGI, B. H. **Econometric analysis of panel data**. 3rd ed. Chichester, West Sussex: John Wiley and Sons, Ltd, 2005.
- BARTH, M. E.; LANDSMAN, W. R.; LANG, M. H. International accounting standards and accounting quality. **Journal of Accounting Research**, v. 46, p. 467-498, 2008.
- BLACK, R.; NAKAO, S. H. Heterogeneidade na qualidade do lucro contábil entre diferentes classes de empresas com a adoção de IFRS: evidências do Brasil. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 28, n. 73, p. 113-131, abr. 2017.
- BRASIL. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 dez. 2007, Edição Extra, p. 2. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm>. Acesso em: 20 ago. 2016.
- BROOKS, C. **Introductory Econometrics for Finance**. 3rd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- COHEN, D. A. Financial Reporting Quality and Proprietary Costs. **Working Paper**. Stern School of Business. New York University. 2002. Disponível em:

<https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1280714>. Acesso em 05 fev. 2018

COLAUTO, R. D et al. Evidenciação de ativos intangíveis não adquiridos nos relatórios da administração das companhias listadas nos níveis de governança corporativa da Bovespa. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, v. 20, n. 1, p. 142-169, 2009.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Pronunciamento Conceitual Básico (R1) Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro**. Disponível em: <http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2016.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) Ativo Intangível**. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/187_CPC_04_R1_rev%2012.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2016.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) Combinação de Negócios**. Disponível em: <http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/235_CPC_15_R1_rev%2012.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2018.

CORRAR, L. J.; Paulo, E.; Dias Filho, J. M. (Coord.). **Análise Multivariada para os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia**. São Paulo: Atlas, 2007.

DECHOW, P. M. Accounting earnings and cash flows as measures of firm performance. **Journal of Accounting & Economics**, v. 18, n. 1, p. 3–42, 1994.

DECHOW, P. M.; SCHRAND, C. M. **Earnings quality**. Charlottesville (Virginia): CFA Institute. 2004.

DECHOW, P.; GE, W.; SCHRAND, C. Understanding earnings quality: a review of the proxies, their determinants and their consequences. **Journal of Accounting and Economics**, v. 50, p. 344–401, 2010.

FERREIRA, G. D.; CARMO, C. H. S.; RIBEIRO, A. M. *Value Relevance de Ativos Intangíveis: Uma Análise nas Empresas do Setor de Energia Elétrica da Bolsa Brasileira*. In: Congresso USP INTERNACIONAL CONFERENCE IN ACCOUNTING, 17., 2017, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, 2017. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/anais/AnaisCongresso2017/ArtigosDownload/388.pdf>>. Acesso em 01 mai. 2018.

FIGARI, A. K. P.; TORTOLI, J. P.; SILVA, W. A. M.; AMBROZINI, M. A. Estudo da relação entre os gastos com pesquisa e o índice book-to-market nas empresas brasileiras de capital aberto. In: CONGRESSO ANPCONT - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 10, 2016, Ribeirão Preto. **Anais Eletrônicos...** Ribeirão Preto: ANPCONT, 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/311589426_estudo_da_relacao_entre_os_ga

[stos com pesquisa e o indice book- to-market nas empresas brasileiras de capital aberto](#)>. Acesso em: 28 set. 2016.

GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. **Econometria básica**. 5 ed. São Paulo: Bookman, 2011

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2010.

IAS 38, March 2004. Intangible Assets. Disponível em <<http://www.iasplus.com/en/standards/ias/ias38>>. Acesso: 05 fev. 2018.

KOLOZSVARI, A. C.; MACEDO, M. A. S. Análise da Influência da Presença da Suavização de Resultados sobre a Persistência dos Lucros no Mercado Brasileiro. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 27, n. 72, p. 306-319, 2016.

MARQUES, J. A. V. da C.; SANTOS, R. F. dos; GOUVEIA, V. A. L. Análise da evidenciação do Ativo Intangível nas demonstrações contábeis. **Pensar contábil**, v.13 n.52, p. 45-54, 2011.

MARTINEZ, A. L. Detectando Earnings management no Brasil: estimando os accruals discricionários. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 19, n. 46, p. 7-17,2008.

MAZZIONI, S.; DIEL, F. J.; OLIVEIRA, J. M. S. Atributos da Qualidade da Informação Contábil em Empresas Participantes do Mercado Acionário Brasileiro. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 19, n. 2, p. 230-253, 2016.

MAZZIONI, S.; KLANN, R. Determinantes da qualidade da informação contábil no contexto internacional. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 13, n. 29, p. 03-32, 2016.

NAKAO, S. H. Agronegócio e informações financeiras. In S. H. Nakao (Org.), **Contabilidade financeira no agronegócio** (pp. 1-20). São Paulo: Atlas, 2017.

NIYAMA, J. K.; SILVA, C. A. T. **Teoria da contabilidade**. 3a ed. São Paulo: Atlas, 2013.

PACHECO, J.; ROVER, S.; VICENTE, E. F. R. *Value relevance* do nível de evidenciação do ativo intangível nas companhias de capital aberto brasileiras. In: CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS, 7., 2017. Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: UFSC, 2017 . Disponível em: <<http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso/anais/7CCF/index.htm>>. Acesso em 01 mai. 2018.

PAULO, E. **Manipulação das informações contábeis: uma análise teórica e empírica sobre os modelos operacionais de detecção de gerenciamento de resultados**.2007. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis. Departamento de Contabilidade e Atuária. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-28012008-113439/pt-br.php> >. Acesso em 23 jun. 2018.

PAULO, E.; CAVALCANTE, P. R. N.; MELO, I. I. S. L. de. Qualidade das informações contábeis na oferta pública de ações e debentures pelas companhias abertas brasileiras. **Brazilian Business Review**, v. 9 n. 1, p. 1-26, 2012.

PAULO, I. I. S. L. M.; CAVALCANTE, P. R. N.; PAULO, E. Relação entre Qualidade da Auditoria e Conservadorismo Contábil nas empresas brasileiras. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 7, n. 3, p. 305-327, 2013.

PEREZ, M. M.; FAMÁ, R. Ativos intangíveis e o desempenho empresarial. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 17, n. 40, p. 7-24, 2006.

QUEIROZ, O. R. de. O Impacto do crescimento dos gastos em P&D na taxa de crescimento dos lucros das empresas de acordo com Modelo Oj: um estudo no mercado de capitais brasileiro. In: CONGRESSO ANPCONT - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 4., 2010, Rio Grande do Norte. **Anais Eletrônicos...** Rio Grande Norte: ANPCONT, 2010. Disponível em: <http://www.fucape.br/public/producao_cientifica/2/Odeon%20Rodrigues.pdf>. Acesso em: 18 out. 2016.

Resolução CFC n. 1.055, de 7 de outubro de 2005. **Cria o COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – (CPC), e dá outras providências.** Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/Res_1055.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2016.

RITTA, C. de O.; ENSSLIN, S. R. Investigação sobre a relação entre ativos intangíveis e variáveis financeiras: um estudo nas empresas brasileiras pertencentes ao Índice Ibovespa nos anos de 2007 e 2008. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 10., 2010, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, 2010. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/anais/artigos102010/231.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2016.

RODRIGUES, J. M. **Convergência contábil internacional: uma análise da qualidade da informação contábil em razão da adoção dos padrões internacionais de contabilidade editados pelo IASB.** 2012. 183 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) — Programa de Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.cca.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=370%3Ates-e-012&catid=10%3Ateses-de-doutorado&Itemid=39>. Acesso em 28 set. 2016

RODRIGUES SOBRINHO, W. B.; RODRIGUES, H. S.; SARLO NETO, A. Dividendos e accruals discricionários: um estudo sobre a relação entre a política de distribuição de dividendos e a qualidade dos lucros. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 11, n. 24, p. 03-24, 2014.

RODRIGUES, J. M.; ELIAS, W. G.; CAMPOS, E. S. Relevância da informação contábil: uma análise dos efeitos da contabilização dos gastos com pesquisa e

desenvolvimento com a aplicação da lei 11.638/07 no mercado brasileiro. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, v.7, n. 3, p. 131-148, 2015.

SANTOS, J. G. C. Evidências dos ativos intangíveis no contexto brasileiro: representatividade, caracterização, percepção de mercado e desempenho. **Revista Contabilidade e Controladoria**, v. 7, n. 3, p. 85-105, 2015.

SILVA, N. C.; FERREIRA, D. D. M.; MARAGNO, L. M. D. A evidenciação de ativos intangíveis nas empresas do setor de saúde da B3. In: CONGRESSO UNISINOS DE CONTROLADORIA E FINANÇAS, 4, 2017, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: COFIN, 2017. Disponível em: <
<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/183684/Artigo%20Nat%C3%A1lia%20Carminatti%20da%20Silva.pdf?sequence=1>>. Acesso em 01 mai. 2018.

STEVENSON, W. J. **Estatística aplicada à administração**. São Paulo: Harbra, 2001

WAKIL, G. **Conservatism, Earnings Persistence, and the Accruals Anomaly**. Doctoral Thesis in Accounting, Kent State University Graduate School of Management, 2011. Disponível em
<https://etd.ohiolink.edu/pg_10?0::NO:10:P10_ACCESSION_NUM:kent1301329397>. Acesso em: 07 nov. 2016.

ZELLNER, A. An Efficient Method of Estimating Seemingly Unrelated Regressions and Tests for Aggregation Bias. **Journal of the American Statistical Association**, v. 57, n. 298, pp. 348-368, jun. 1962.